

Plano Agrícola e Pecuário 2010–2011

Antônio Luiz Machado de Moraes¹

A crise econômico-financeira internacional surgida em 2008 revelou a elevada capacidade de reação e de adaptação da agricultura brasileira às condições de mercado e às políticas de apoio ao setor, conforme constatado pela sua recuperação, comprovada pela exibição de uma safra recorde de grãos, de 146,9 milhões de toneladas, em 2009–2010.

Esse desempenho certamente continuará satisfatório graças à maturidade e à pujança do setor agrícola, e às suas incomparáveis vantagens naturais, conferidas pela alta disponibilidade de terra e de água e pelo clima favorável, e também pelos avanços nas áreas de pesquisa agropecuária, agroenergia e gestão empreendedora. Acrescentem-se a isso os sinais de recuperação da economia brasileira e da mundial e as projeções de crescimento para 2010 e 2011.

Outro trunfo a garantir o crescimento sustentável da agricultura expressa-se na reforma da política agrícola realizada ao longo das duas últimas décadas, cujo propósito era eliminar ou minimizar a intervenção do governo, fortalecer os mecanismos de mercado e ampliar a participação da iniciativa privada no financiamento rural e na sustentação dos preços agrícolas.

Mesmo ostentando tantas vantagens, o setor ainda enfrenta obstáculos internos e externos, desafios e incertezas que transcendem sua capacidade de controle e intervenção, como, por exemplo,

as deficiências de infraestrutura, o protecionismo internacional e o alto custo dos insumos agropecuários. Esses problemas estão relacionados principalmente ao comportamento dos demais setores da economia e às políticas públicas não diretamente afetas à agricultura.

Historicamente, essas limitações têm influenciado a política agrícola no sentido de atenuar seus efeitos negativos sobre o desempenho do setor, realidade esta que resultou em maior interação do Mapa com outros órgãos do governo. Isso ocorreu especialmente nas áreas de logística e transportes, com a ampliação e a recuperação da capacidade operacional dos portos, e com a produção de fertilizantes, setor para o qual o Mapa lidera uma proposta de projeto de lei que visa acelerar o processo de pesquisa, exploração e comercialização de minerais fertilizantes, com o objetivo de alcançar a almejada autossuficiência.

Essas ações fazem parte do Plano Agrícola e Pecuário 2010–2011, ao lado de outras medidas inovadoras, que lhe conferem destaque, pela magnitude dos recursos a serem destinados ao custeio, ao investimento, à comercialização e à subvenção ao prêmio do seguro rural, e pela introdução de novos programas de apoio nas áreas de armazenagem, agroenergia e preservação do meio ambiente.

Para a próxima safra, estão previstos R\$ 100 bilhões para o financiamento da agricultura empresarial, o que representa um aumento

¹ Assessor da SPA, economista, mestre pela Universidade de Vanderbilt nos EUA.

de 8% em relação à safra anterior. Quanto ao aporte total de recursos para a agricultura, incluindo-se a familiar, este foi multiplicado por 4,7 em comparação com a safra 2002/2003.

O crédito rural de custeio e comercialização e investimentos contempla avanços em termos de substancial aumento de recursos – respectivamente, 14% e 26% – e melhoria nas condições de acesso, especialmente em relação ao médio produtor, para quem foi criado um programa específico: o Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp).

Uma das vertentes dos programas de investimento consiste no fortalecimento das práticas agrônômicas que preservam o meio ambiente sem prejuízo do crescimento da produção agropecuária. Essa iniciativa materializou-se no Programa de Incentivo à Produção Sustentável do Agronegócio (Produsa), destinado à recuperação de áreas degradadas, no Programa de Plantio Comercial e Recuperação de Florestas (Proflora) e no recém-criado Programa Agricultura de Baixo Carbono (ABC), que tem por objetivo minimizar a emissão de gases de efeito estufa. Outra iniciativa em prol do meio ambiente foi o zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar, que terá por efeito conter o desmatamento, uma vez que identifica as áreas onde é possível cultivar a cana (sem invadir as áreas de floresta) e a elas restringe o apoio oficial àquela cultura.

Esses programas reafirmam a convicção de que a agricultura pode contribuir bastante para reduzir as emissões de gases poluentes, sem afetar sua competitividade, tendo como aliados os avanços da tecnologia nas áreas de genética animal, irrigação e desenvolvimento de plantas resistentes às mudanças climáticas. A agricultura pode contribuir também por meio do sequestro de carbono pelo solo e pela redução do desmatamento, mediante a ampliação das atividades agropecuárias e florestal, pelo uso de áreas degradadas ou em recuperação.

Outra vertente dos programas de investimento está voltada para o fortalecimento das cooperativas e para a ampliação da capacidade de irrigação e de armazenagem, até mesmo nas

propriedades rurais. Essa inovação, que terá efeitos na próxima safra, contribuirá para o aumento da competitividade da agricultura, para a redução da volatilidade dos preços agrícolas e para a melhoria da renda do produtor.

Esses são também os objetivos da política de apoio à comercialização, cujos instrumentos foram aprimorados e têm o mérito de reduzir a intervenção do governo no mercado e a necessidade de recursos públicos. Esse apoio é particularmente importante para as regiões mais distantes dos principais mercados consumidores e dos portos, cuja competitividade é fortemente afetada pelos custos de transporte.

Finalmente, cabe mencionar outro elemento inovador da política agrícola, que consiste na gestão de risco rural por meio do zoneamento agrícola de risco climático e do programa de subvenção ao prêmio do seguro rural. Esses instrumentos são pilares para viabilizar a expansão e a consolidação do seguro rural privado no País, o qual, juntamente com o zoneamento agroclimático, contribui para elevar a produtividade e a competitividade do produtor rural e para reduzir as flutuações de sua renda.

O Plano Agrícola e Pecuário 2010–2011 consolida e aprimora os instrumentos de política agrícola e enfrenta os principais desafios apresentados à agricultura, por meio de medidas ousadas de apoio aos produtores rurais, assegurando-lhes níveis adequados de recursos e condições para enfrentar as adversidades naturais e de mercado.

Esse apoio, medido pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), corresponde a 5% do valor da produção agrícola brasileira, situando o País entre os que menos subvencionam a agricultura, o que, conjugado com sua elevada inserção no mercado internacional, evidencia a robustez da nossa agricultura e a competitividade do agricultor brasileiro.

Em conclusão, pode-se afirmar que o desenvolvimento sustentável da agricultura brasileira é uma realidade conquistada graças à competência, ao esforço e ao empreendedorismo do produtor rural, coadjuvado por uma política agrícola concebida segundo a lógica de mercado.